

**Governo de Pernambuco
Secretaria de Administração – SAD
Escola de Governo da Administração Pública de Pernambuco - EGAPE
Instituto de Apoio à Fundação Universidade de Pernambuco - IAUPE**

CURSO DE FORMAÇÃO – EGAPE

Especialidade: ADMINISTRATIVA

MÓDULO III

PROVA OBJETIVA – 09/06/2026

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
Não deixe de preencher as informações a seguir.

Nome																			
Nº CPF					Nº do Doc. de Identificação					Órgão Expedidor					UF				

ATENÇÃO

1. Leia todas as instruções antes de iniciar a prova.
2. Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o seu Número de Inscrição, o Número do Documento de Identificação, o Órgão Expedidor e a Unidade da Federação. Verifique se este caderno contém 20 (vinte) questões. Se o caderno estiver incompleto, com alguma falha na composição da prova ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe imediatamente ao Fiscal.
3. Para registrar as alternativas escolhidas nas questões da Prova, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição neles impresso coincide com o seu Número de Inscrição. As bolhas do Cartão-Resposta referentes às questões de múltipla escolha devem ser preenchidas totalmente com caneta esferográfica azul ou preta. Respostas preenchidas a lápis não serão consideradas na correção. Marque apenas uma alternativa para cada questão. A questão que for marcada com mais de uma resposta ou rasurada será anulada. Sugere-se só marcar ao final.
4. O início da prova será às **09h (nove horas)** com duração de **02 (duas) horas**, logo se encerrará às **11h (onze horas)**. O tempo mínimo de permanência em sala é de **30 (trinta) minutos após o seu início**.
5. O IAUPE não se responsabilizará por objetos ou valores portados, esquecidos, danificados ou extraviados nas dependências dos locais de aplicação das provas.
6. A prova é **(Individual)**. A consulta ou comunicação a terceiros ensejará a atribuição de grau 0 (**ZERO**) ao(s) aluno(s). Caso isto ocorra o(s) aluno(s) deverá(ão) acatar a ordem do(s) aplicador(es) da prova, sair da sala sem atrapalhar aos colegas, devendo procurar o seu coordenador/gestor responsável para manifestar qualquer insatisfação a ser dissipada, em sendo o caso.
7. Todos os aparelhos eletrônicos deverão estar desligados, assim como todo o material que não possa ser utilizado deverá estar acondicionado próximo a mesa do professor, na frente da sala.
8. O gabarito será fornecido pela coordenação do curso em momento oportuno, assim como as notas e provas. **Valor Total da Avaliação: 10,0 (dez) - Cada questão valerá 0,50 (meio) ponto.**

1. O Estado de Pernambuco desocupou um edifício histórico no centro de Recife onde funcionava uma repartição pública, transferindo todos os seus servidores para uma nova sede administrativa. O imóvel antigo permaneceu fechado, sem destinação pública prevista ou projeto de uso a curto prazo. Diante das regras de classificação e da teoria da afetação dos bens públicos, o imóvel em questão era considerado, respectivamente antes e após a mudança, como:

- A) Bem de uso comum do povo e bem dominical.
- B) Bem de uso especial e bem de uso comum do povo.
- C) Bem de uso especial e bem dominical.
- D) Bem dominical e bem de uso especial.
- E) Bem de uso comum do povo e bem de uso especial.

2 Durante a execução do inventário anual de uma determinada secretaria de Estado, a comissão inventariante deparou-se com um lote de tablets corporativos adquiridos há quatro anos. Os equipamentos encontram-se em perfeito estado físico e de funcionamento, porém seus sistemas operacionais e hardware tornaram-se incompatíveis com as novas plataformas digitais de tramitação de processos adotadas pela Secretaria de Administração (SAD). Considerando as normas de controle, a otimização de ativos e as categorias de classificação de bens inservíveis para a administração pública estadual, esse lote de equipamentos deve ser classificado como:

- A) Bens antieconômicos.
- B) Bens irrecuperáveis.
- C) Bens de consumo descontinuados.
- D) Bens obsoletos inutilizáveis.
- E) Bens ociosos.

3. O Estado de Pernambuco obteve em juízo a imissão provisória na posse de um terreno privado desapropriado para a construção de uma unidade de saúde estadual. Para garantir a segurança jurídica, o controle do patrimônio imobiliário e a conformidade com as diretrizes do Código de Normas da Corregedoria Geral de Justiça de PE (Provimento nº 11/2023), o procedimento registral correto que o gestor público deve impulsionar perante o Cartório de Registro de Imóveis (RGI) competente é:

- A) Aguardar o trânsito em julgado da ação judicial para, somente então, promover a averbação da sentença definitiva na matrícula original.
- B) Realizar a averbação da imissão na posse e, após o título definitivo, promover o encerramento das matrículas de origem com a abertura de uma nova matrícula contendo o georreferenciamento da área.
- C) Solicitar a abertura imediata de nova matrícula por requerimento administrativo simplificado, desconsiderando o histórico e o encerramento das matrículas anteriores.
- D) Proceder com o registro de um termo de cessão de uso gratuito temporário em favor da Secretaria de Saúde até a conclusão do processo judicial.
- E) Efetuar o registro de uma promessa de compra e venda administrativa junto ao proprietário expropriado para regularizar a posse do Estado.

4. Um servidor público estadual, agindo com comprovada negligência ao transportar um equipamento de medição de engenharia pertencente ao patrimônio móvel do Estado de Pernambuco, derrubou e inutilizou o aparelho. Diante das regras de responsabilidade civil, controle patrimonial e direito administrativo, qual deve ser a conduta formal adotada pelo Gestor Governamental responsável pela unidade?

- A) Isentar o servidor de culpa, promovendo a baixa contábil imediata do equipamento sob a justificativa de depreciação natural pelo uso.
- B) Descontar o valor integral de um equipamento novo diretamente na folha de pagamento do servidor no mês subsequente, prescindindo de notificação.
- C) Classificar o bem como "ocioso" no sistema de gestão patrimonial para possibilitar o desfazimento por doação e evitar sanções ao servidor.
- D) Instaurar o devido procedimento administrativo de apuração patrimonial (Sindicância), assegurando o contraditório e a ampla defesa, para formalizar o dever de ressarcimento ao erário.
- E) Emitir uma advertência verbal ao servidor e solicitar a substituição do aparelho por outro de qualquer marca ou modelo, sem registro formal no sistema.

5. A Secretaria de Administração de Pernambuco (SAD/PE) planeja realizar o desfazimento de uma frota de veículos oficiais classificados como inservíveis e antieconômicos para o Estado. A intenção é aliená-los de forma onerosa para arrecadar fundos voltados à modernização patrimonial. De acordo com os ditames da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), a modalidade licitatória obrigatória para esse procedimento é o(a):

- A) Pregão Eletrônico.
- B) Concorrência.
- C) Diálogo Competitivo.
- D) Leilão.
- E) Concurso.

6. Qual é a principal diferença entre uma concessão comum e uma PPP (Parceria Público-Privada)?

- A) A concessão comum possui prazo menor que a PPP.
- B) A PPP somente pode existir no setor de transportes.
- C) A concessão comum não exige contrato administrativo.
- D) Na PPP existe contraprestação financeira do Poder Público ao parceiro privado.
- E) A concessão comum é sempre gratuita ao usuário.

7. Em uma concessão administrativa, quem é o principal usuário do serviço prestado?

- A) Apenas empresas privadas
- B) O próprio Poder Público, direta ou indiretamente
- C) Apenas os usuários pagantes
- D) Exclusivamente investidores estrangeiros
- E) Apenas agências reguladoras

8. Em contratos de concessão e PPP, o que é a matriz de riscos?

- A) Um relatório financeiro do governo
- B) Uma planilha de salários da concessionária
- C) Um instrumento que distribui previamente os riscos do contrato entre as partes
- D) Um documento utilizado apenas para licenciamento ambiental
- E) Um tipo de garantia bancária

9. Segundo o texto, qual é um dos critérios fundamentais para uma boa distribuição de riscos em contratos de PPP?

- A) O risco deve ser dividido igualmente entre as partes
- B) O risco deve ficar sempre com o Poder Público
- C) O risco deve ser assumido por quem tem melhores condições de administrá-lo
- D) O risco deve ficar integralmente com o concessionário
- E) O risco deve ser definido somente após o início da execução contratual

10. As chamadas PPPs sociais normalmente são utilizadas em quais tipos de infraestrutura?

- A) Cassinos e entretenimento privado
- B) Shopping centers e hotéis
- C) Escolas, hospitais, creches e sistema prisional
- D) Apenas rodovias pedagiadas
- E) Somente exploração de petróleo

11. A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação que devem ser observadas por diversos entes e órgãos. Com base no Art. 1º, assinale a alternativa que apresenta uma entidade ou órgão que está OBRIGATORIAMENTE submetido aos ditames desta Lei quando desempenha função administrativa:

- A) Uma Sociedade de Economia Mista federal que explora atividade econômica.
- B) Uma Empresa Pública municipal e suas subsidiárias.
- C) O Tribunal de Justiça de um Estado, no exercício de sua função administrativa de compra de materiais de expediente.
- D) Uma organização social privada que não recebe recursos públicos diretos.
- E) Somente órgãos do Poder Executivo Federal, excluindo-se os demais entes federativos.

12. Conforme o Art. 6º, XX da Lei nº 14.133/2021 o documento que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução, é o:

- A) Edital de Licitação.
- B) Plano de Contratações Anual.
- C) Estudo Técnico Preliminar.
- D) Termo de Referência.
- E) Matriz de Riscos.

13. De acordo com o Art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o processo de licitação deve observar uma sequência de fases. Qual é a primeira fase desse processo, responsável pelo planejamento da contratação?

- A) Fase de julgamento.
- B) Fase de habilitação.
- C) Fase preparatória.
- D) Fase de divulgação do edital de licitação.
- E) Fase recursal.

14. Com base no rol taxativo de modalidades de licitação estabelecido pelo Art. 28 da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que apresenta corretamente apenas as modalidades vigentes no novo regime:

- A) Convite, Tomada de Preços, Concorrência e Pregão.
- B) Pregão, Concorrência, Concurso, Leilão e Diálogo Competitivo.
- C) Pregão, Concorrência, RDC, Consulta e Convite.
- D) Concorrência, Concurso, Leilão, Tomada de Preços e Pregão.
- E) Leilão, Diálogo Competitivo, Convite e Concorrência.

15. Conforme o Art. 6º, XLI da Lei nº 14.133/2021, o pregão é a modalidade obrigatória para a aquisição de:

- A) Obras de engenharia complexa.
- B) Alienação de terrenos.
- C) Serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual.
- D) Bens imóveis inservíveis.
- E) Bens e serviços comuns.

16. Conforme o caput do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação deve ser compatível com os valores praticados pelo:

- A) Fornecedor que ofereceu a cotação mais vantajosa.
- B) Orçamento do ano anterior ajustado.
- C) Licitante que venceu a última licitação.
- D) Mercado.
- E) Valor desejado pelo gestor em pesquisa de preços.

17. O Plano de Contratações Anual (PCA) consolidou-se na Nova Lei de Licitações como um instrumento central de governança. De acordo com o Art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que descreve corretamente a fundamentação e os objetivos desse plano:

- A) O PCA é elaborado com base na disponibilidade financeira imediata do caixa do órgão, visando substituir o processo de licitação por compras diretas emergenciais ao longo do exercício.
- B) A elaboração do PCA fundamenta-se nos documentos de formalização de demandas (DFDs) e possui, entre seus objetivos, racionalizar as contratações, garantir o alinhamento com o planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das leis orçamentárias.
- C) O PCA é um documento de elaboração facultativa para Municípios e Estados, sendo obrigatório apenas para a Administração Direta Federal, independentemente de regulamentação local.
- D) O objetivo primordial do PCA é o sigilo das intenções de compra da Administração, para evitar que o mercado fornecedor aumente os preços antes da abertura dos editais.
- E) O PCA deve ser elaborado pelos licitantes vencedores do ano anterior, servindo como uma sugestão de cronograma de entregas para o órgão responsável pelo planejamento.

18. Sobre a publicidade do plano de contratações anual, o § 1º do Art. 12 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que ele:

- A) Deve ser mantido em sigilo para evitar a combinação de preços entre fornecedores.
- B) Deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.
- C) Precisa ser publicado em jornais de grande circulação.
- D) Só pode ser acessado por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas.
- E) Não possui obrigatoriedade de divulgação, sendo um documento apenas de uso interno.

19. De acordo com o Art. 104 da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública possui a prerrogativa de fiscalizar a execução dos contratos. Além desta, qual das alternativas abaixo apresenta outra prerrogativa CORRETA da Administração?

- A) Modificar o contrato unilateralmente para melhor adequação ao interesse público.
- B) Proibir que o contratado peça o reequilíbrio financeiro em qualquer hipótese.
- C) Extinguir o contrato apenas se o contratado concordar formalmente.
- D) Isentar o contratado de qualquer sanção em caso de erro na execução.
- E) Delegar a fiscalização total do contrato ao próprio contratado.

20. Conforme o § 2º do Art. 117, o que o fiscal do contrato deve fazer caso se depare com uma situação que exija uma decisão ou providência que ultrapasse a sua competência?

- A) Deve tomar a decisão assim mesmo para evitar atrasos na obra ou serviço.
- B) Deve delegar a decisão para a empresa contratada.
- C) Deve informar a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.
- D) Deve anotar no registro próprio e aguardar o encerramento do contrato.
- E) Deve suspender os pagamentos imediatamente.